

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDELA

ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA

05 DE SETEMBRO DE 2006

No dia 05 de Setembro, pelas 21 horas e 30 minutos no Parque do Império, reuniu, em sessão extraordinária, a Assembleia Municipal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

PONTO ÚNICO – Encerramento da Maternidade do Hospital de Mirandela e suas consequências para o Concelho e Região.

Constituição da Mesa:

A Mesa foi constituída pelos seguintes membros:

PRESIDENTE.....	José Manuel Pavão
1º. SECRETÁRIO.....	Jorge Manuel Pereira
2º. SECRETÁRIO.....	Humberto António Cordeiro

Verificação de presenças:

Conferida a folha de ponto, verificou-se haver um total de 61 presenças, pelo que foi declarada aberta a sessão pela Presidente da Assembleia Municipal, dado estar presente a maioria dos seus membros, tendo totalizado 61 membros no decorrer da sessão.

Membros em falta:

Maximino José Silva Monteiro, Maria Isabel G. L. Velho Borges Pires, Otilia Raquel Fernandes Lima, Adérito Joaquim Ferro Pires, Arnaldo as Assunção Cadavez, Luís Manuel Macedo Pinto de Sousa, Leonel Horácio Almendra Xavier, Arménio Moisés Veiga, Rogério Valdemar Rodrigues Frutuoso, Vasco Aníbal Saldanha, Armando Marques Janela, Fernando José D. Palas, Ernesto Augusto Esteves e Roger Fernando H. Lopes.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, depois de declarada aberta a sessão, teve a seguinte intervenção:

Bonita e acolhedora, é conhecida por capital da Terra Quente. Hoje os deuses ou quem quer que fosse, ofereceram-nos este dia quente e abrasador e dá-nos agora esta temperatura cálida, que devia ser experimentada por Portugueses doutra região, para saberem o que é de facto desfrutar o prazer de estar aqui à beira rio e ter o privilégio de ter connosco a população de Mirandela e do Concelho, para discutir um ponto tão importante como é este da nossa Agenda de hoje e que foi divulgado e publicado e que é o **encerramento da Maternidade do Hospital de Mirandela e suas consequências para a cidade, para o Concelho e inequivocamente para a Região envolvente e limítrofe.**

Queria antes de mais, manifestar o meu regozijo e o meu orgulho de Mirandelense, por ter assistido, repito para que não haja dúvidas, assistido a uma manifestação de desagrado político, porque os Mirandelenses souberam hoje dar o exemplo a todo o país, sabendo mostrar o que é o usufruto do direito à indignação. E caros conceterrâneos, fizemo-lo de uma maneira serena, disciplinada e cívica. Não causámos danos de maior a ninguém. Foi uma peça harmónica como que se tivesse sido ensaiada. E portanto, como porta-voz legítimo e legal da população desta terra, posso proclamar



a Portugal inteiro, a nossa satisfação e a nossa honra de termos sabido protestar, contra aquilo que em consciência nós dizemos que vai trazer enormes prejuízos para a nossa terra.

Ponto Único: “Encerramento da Maternidade”

Não queria todavia esquecer-me portanto, de dirigir também um agradecimento a todos vós, porque esta manifestação, foi além do mais, pedagógica, Mirandela fez hoje pedagogia para o País inteiro. Estou orgulhoso deste facto. E queria agradecer também, porque não, às forças da autoridade. Eu fui um espectador atento, que me multipliquei em diversos ângulos, na retaguarda e na frente do que se estava a passar. Foram impecáveis as forças policiais da segurança pública. Não sei se devemos agradecer a quem tem o direito de servir e bem, mas a cortesia que é apanágio dos transmontanos, estamos aqui no coração da terra quente, não faz mal a ninguém.

Queria também dirigir uma mensagem, já hoje o fiz publicamente através dos órgãos televisivos e dos radiofónicos, uma mensagem de congratulação, como cidadão deste país, para a Guarda Nacional Republicana, sobretudo a sua Brigada de Trânsito, que soube orientar, que soube recomendar, não tendo registado pelo menos nós, nem eu nem os Srs. Vereadores nem as outras pessoas que estavam connosco, nenhum episódio que manchasse tão elevada manifestação. Estamos pois, todos de parabéns. E aquilo como eu disse nas palavras de introdução e de cumprimento, de que os deuses nos tinham dado hoje um dia maravilhoso, alguns, quem quer que seja, vai levar-nos outra coisa importante. Veremos se temos capacidade, se o debate político de hoje, se as razões e a argumentação que o povo de Mirandela aqui representado pelos partidos políticos, porque é assim que manda a nossa Constituição, os partidos na nossa Organização Social e Política têm esse dever, têm esse atributo, vamos ver o que nós podemos acrescentar. De uma coisa eu posso assegurar-vos, é que o Executivo Mirandelense que elegestes à minha direita, é que a Assembleia Municipal, saberão tratar, lutar, argumentar, em coeso se possível, mas cada um a seu modo, defendendo sem dúvida nenhuma os interesses de nossa gente e neste caso concreto e específico o interesse das nossas mulheres, das nossas mães e das nossas filhas.

Eu pedia a todos os meus conterrâneos aqui presentes que não aplaudissem. A partir deste momento, estamos numa Assembleia Municipal que tem um Regimento próprio específico que está aprovado por todos e que, não permite o aplauso. Tem regras próprias, tem um Regimento e já agora conterrâneos, ficais a saber que há uma comissão nesta Assembleia Municipal que está a procurar rever e melhorar dentro de um todo global, para alterar este nosso Regimento. Não serão portanto permitidas, peço-vos esse favor, estou certo que o compreendeis, de qualquer manifestação. Falta pouco tempo para acabar o dia, que esse exemplo cívico, que esse exemplo de elevação que eu já não via há tanto tempo no País, possa continuar até nos levantarmos e darmos por finda esta reunião.

Meus caros amigos e conterrâneos, Senhores Membros do Executivo, Senhores Vereadores, eu queria antes de mais e porque é meu dever para informar os meus conterrâneos munícipes que aqui querem estar hoje, de alguns elementos muito rápidos que vou dizer de um modo muito sintético, para que possam participar e compreender o teor, o alcance e o horizonte desta Assembleia que se prepara para discutir de facto, o encerramento anunciado pelo Senhor Ministro da Saúde e as suas consequências para o Concelho e Região, porque não podemos falar só do Concelho, somos a Assembleia Municipal deste Concelho, mas é inequívoco, não nos enganemos a nós próprios, ela terá que ter repercussões, porque as fronteiras não são visíveis, nem são feitas de muro de betão e eu queria informar-vos do seguinte, muito rápido que o vou fazer. Vou ler-vos alguns elementos que fazem parte da argumentação que através dos canais próprios que a justiça oferece aos Portugueses, foram utilizados para contra-argumentar a decisão do Senhor Ministro. Vou ser rápido, não vou maçar-vos porque estais fartos de os ouvir, sobre a localização geográfica da nossa terra. Ela é o epicentro do Distrito de Bragança, ele é o cruzamento de rotas que vai ficar enriquecido dentro de poucos meses com mais o itinerário melhorado entre Valpaços e Mirandela. Não vou lembrar a nossa localização, nem a nossa relação geográfica com os Concelhos de Carrazeda, de Vila Flor ou de Macedo de Cavaleiros, todos vós sabeis disso, vou tão só fornecer-vos porque entendo ser meu dever, alguns elementos para que possais raciocinar.

Sabeis que a Maternidade de Mirandela nos últimos cinco anos teve em média, cerca de mais 100 partos do que a Maternidade de Bragança e que ninguém veja isto, pelo menos da parte que me toca, dum qualquer manifestação primária, de algum bairrismo mais exacerbado. Não, não, já o dissemos, já o escrevemos, somos bairristas em tudo e enquanto devemos ser, mas somos cidadãos dum país, somos cidadãos dum região, que sabemos o que queremos e o que devemos defender, que ninguém veja qualquer animosidade. São factos, são elementos que vão ser argumentados. Só no ano 2001, Mirandela teve mais 101 partos na sua Maternidade, do que Bragança. No ano 2003,



mais 125 e em 2005, mais 85 partos. Sabeis por exemplo que a Maternidade de Mirandela foi aquela que teve maior procura em todas as atitudes médicas relacionadas com esse fenómeno biológico que assegura as sociedades, que é a gravidez e o parto. Só consultas de ginecologia foram mais 611, de obstetria mais 1015 e haveis de reparar que em exames de imagiologia, que são os exames relacionados com a imagem, com as ecografias, com os tac's, com os próprios raios X, esse exame radiológico simples, que tão útil foi à medicina de todo o mundo, realizaram-se em Mirandela mais 33.331, quer dizer que foram realizados 66.548 e em Bragança 33.331, o que quer dizer nas minhas contas que fizemos mais em Mirandela 33.000 exames de imagem. Eu julgo que estes dados deviam merecer uma análise e uma pesquisa, uma investigação pelas autoridades de todo este país, para saber o que motivou, que num concelho com a população que tem, houvesse tão grande diferença. Além do mais permitam-me lembrar-lhes que a Maternidade de Mirandela serve 7 concelhos e Bragança 5.

E para terminar, anunciar aos meus conterrâneos, que o número de mulheres afectas à Maternidade de Mirandela são de 46.374 e em Bragança 30.183, o que quer dizer em síntese e objectivamente, espremendo esta informação, é que as mulheres em idade fértil, são 13.900 em Mirandela e 9.000 em Bragança.

Não vou maçar-vos com os tempos de demora nem com as distâncias geográficas entre cada um dos concelhos, passem depois os olhos por esta informação, que é uma informação livre e que naturalmente eu saberei dar a quem ma pedir, mas este encerramento da Maternidade de Mirandela, se pudéssemos fazer um resumo muito sintético, não querendo adiantar-me muito, é que no que respeita aos parâmetros de qualidade, o Hospital de Bragança aparece referido em último lugar e também no grau de satisfação dos utentes e os hospitais são para servir os utentes. Em contrapartida e como sabeis, o nosso hospital, em 2006, teve uma importantíssima e uma inequívoca acreditação de qualidade.

Meus caros conterrâneos, fui um pouco mais longe do que aquilo que devia ir. A mim Presidente desta Assembleia, que me honra muito e me orgulha estar aqui, não me é permitido emoção, eu terei que ser com o devido respeito, mais equilibrado e mais linear nas minhas emoções, para ser isento, mas tinha que vos informar, que também é meu dever. Tinha que vos dizer, em síntese, fazendo um apanhado destes elementos, para que possais raciocinar e ouvir dizer o que têm a dizer os Srs. Deputados Municipais dos diferentes partidos que aqui estão e que elegestes. Assim sendo, então concedia a palavra ao Sr. David Garrido, da CDU. Sr. David Garrido, tem a palavra.

Deputado Municipal David Garrido (CDU), teve a seguinte intervenção:

Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes elementos da Mesa, Senhor Presidente da Câmara e restante Executivo, Senhores eleitos da Assembleia Municipal, Mirandelenses.

Esta Assembleia é um acto político, eu fui eleito por um povo para estar aqui, na defesa desse povo. Aquilo que eu vou dizer, só a mim me responsabiliza. O politicamente correcto, às vezes não é o meu timbre, aquilo que tenho a dizer, digo-o, olhos nos olhos, cara na cara, agrade ou desagre.

Depois desta grandiosa manifestação de cidadania e civismo demonstrado pelo povo de Mirandela e outros concelhos em defesa da sua maternidade e crentes que a decisão governamental de encerrar a sala de partos de Mirandela ainda pode ter outro desfecho.

Eis que a Assembleia Municipal aqui reunida extraordinariamente para debater as consequências do fecho da maternidade entretanto anunciada para o próximo dia 11, a CDU esteve desde a 1ª hora na defesa da manutenção das duas maternidades do distrito e integradas no Serviço Nacional de Saúde. Infelizmente, o mesmo não se pode dizer de outros partidos que dão uma no cravo e outra na ferradura, dizem estar contra a decisão do fecho mas ou deixando de participar nas reuniões ou face à não autorização da GNR da Marcha Lenta convocada pela Assembleia Municipal, declararam não ter condições políticas para como partido apoiarem a justa revolta da população em defesa da maternidade.

Estou nesta tribuna porque fui eleito pelo Povo e é minha obrigação estar a seu lado mesmo contra ventos e marés. Que credibilidade podem ter os partidos e os seus eleitos que quando as populações precisam deles metem o rabo entre as pernas e assobiam para o lado

Esta luta já tem um longo caminho e espero que não termine aqui já que devemos esgotar todas as formas de luta em defesa hoje da maternidade e amanhã em defesa de outras valências existentes no Hospital de Mirandela pois com este Governo as promessas de hoje são para rasgar amanhã ou quem não se lembra das declarações de um tal deputado "Mota Almeida" em que não sairia nenhum serviço de Mirandela e hoje alegando razões técnicas e científicas, já apoia a decisão



do Governo de fechar a Maternidade de Mirandela. Era bom que os Mirandelenses na hora do voto nas eleições se lembre quem está com ele e quem dizendo estar depressa esquece as promessas feitas.

Quanto ao Sr. Ministro da Saúde, detentor de toda a verdade, e perante esta manifestação do povo de Mirandela de achar que está a ser espoliado dos bens essenciais, que é o direito à saúde, ou o Sr. Ministro está obstinadamente contra o povo de Mirandela ou as suas capacidades mentais estão a ficar pelas ruas da amargura.

Mirandela está de luto, lê-se em vários pontos da cidade e só se põe luto quando há morte e a morte pode ser natural ou violenta.

Esta do fecho da maternidade é violenta e assim sendo tem de ter um autor a que normalmente se chama de matador e neste caso também tem autor e tem nome: Correia de Campos, Ministro da Saúde.

Creio que a Assembleia Municipal aqui reunida tem todas as condições para aprovar uma resolução/moção a enviar ao Sr. Presidente da República, ao Sr. 1.º Ministro e outras entidades no sentido de suspender o fecho da maternidade previsto para o dia 11 e em conjunto com o Município melhor discutir a problemática do fecho da maternidade e as suas consequências.

A LUTA CONTINUA PORQUE O POVO TEM RAZÃO.

Entretanto chegou-me aqui que o deputado era o Sr. Deputado Mota Andrade, ao qual eu chamei Mota Almeida. Eu explico porque é que chamei. Na minha terra os Almeidas são aqueles que fazem a limpeza. Este Sr. Deputado foi eleito, nunca ouvi uma intervenção na Assembleia da República, em defesa do Distrito, a não ser a limpeza das cadeiras da Assembleia da República, por isso é que eu digo o Sr. Mota Almeida. Tenho dito.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado David Garrido, pedia o favor às pessoas presentes que não se manifestassem, compreendo perfeitamente e intimamente apetecia-me conceder, mas regras são regras e convidava também as pessoas que estão em pé, que naturalmente estarão incómodas, que podem sentar-se, porque há muitos lugares aqui em baixo, portanto pedia o favor de se sentarem se assim entenderem.

Dava então a palavra agora ao representante do Partido Socialista, Sr. Eng.º Baltazar.

Deputado Municipal José Baltazar Aguiar (PS), teve a seguinte intervenção:

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, respectiva Mesa, Senhor Presidente da Câmara, respectiva vereação, eleitos da Assembleia Municipal, caros Mirandelenses.

Cabe-me apresentar a posição do Partido Socialista e eu diria melhor, a posição dos socialistas de Mirandela e digo isto porque começarei a minha intervenção com um voto e o voto é que o 05 de Setembro seja perpetuado em Mirandela e seja perpetuado em Mirandela como o corolário do dar de mãos entre os Mirandelenses, Mirandelenses individualmente ou Mirandelenses enquadrados pelas forças políticas e que com a ajuda de Deus venha dizer que nós temos razão. Porventura não somos daqueles que fazemos mais barulho, mas somos concerteza daqueles que têm trabalhado, que continuam a trabalhar, que vêm a trabalhar e que acreditam que o 05 de Setembro vai ficar na memória dos Mirandelenses como uma luta ganha, porque não acredito que a injustiça e de quem tem que decidir, decida aprovando a espoliação que o Conselho de Administração do Centro Hospitalar quer fazer em Mirandela, porque se trata efectivamente de uma espoliação. Quem me antecedeu já utilizou o termo e o termo é correcto e é único, Mirandela está a ser espoliado e então é importante fazermos sentir isso, fazê-lo sentir da maneira que foi feito esta tarde, mas também com trabalho, trabalho nos gabinetes e eu volto a repetir, que Deus nos ajude e que perpetuemos o 05 de Setembro, como um dia de vitória.

Já agora, gostava aqui de referir que a nossa posição tem sido sempre a de manutenção das 2 maternidades. E porque é que tem sido sempre a manutenção das 2 maternidades? Porque se Lisboa tem pessoas e pessoas são votos, nós temos quilómetros quadrados. Nós temos uma diversidade que Lisboa não tem e então há que ser solidário. E essa solidariedade passaria pelas 2 Maternidades.

A não existirem 2 Maternidades, a nossa posição é claríssima, é a de Mirandela, pelas razões que eloquentemente o Presidente da Assembleia Municipal já enumerou e que só irracionalmente é que se pode decidir pelo contrário.



Passo-vos a ler agora a nossa Moção:

A criação do Centro Hospitalar do Nordeste, que transformou os nossos três hospitais numa só entidade, teve o propósito de promover a racionalização e a eficiência dos recursos disponíveis. Hoje, temos a responsabilidade de levar a discussão, nesta Assembleia Municipal Extraordinária, o futuro da reorganização das valências pelas três Unidades Hospitalares: Mirandela, Macedo de Cavaleiros e Bragança.

Se por um lado, devemos gerir os recursos humanos, equipamentos e instalações nas três Unidades, não podemos nunca esquecer que os transmontanos têm o direito de esperar cuidados de saúde qualificados independentemente do concelho onde vivem.

A criação do Centro Hospitalar potenciou, desde logo, os recursos humanos disponíveis. Este factor é decisivo uma vez que, apesar das três Unidades Hospitalares estarem dotadas, na generalidade, de boas instalações e equipamentos, existe agora a possibilidade de mobilização dos profissionais de saúde, designadamente médicos especialistas, pelas Unidades Hospitalares integradas. Não devemos pois dar prioridade a uma valência a uma Unidade Hospitalar baseada nos recursos humanos como querem fazer em Bragança, sedeados nessa Unidade. Existem outros factores decisivos entre os quais a área de influência em serviços de apoio urgente e emergente regional e na generalidade a qualidade instalada.

A opção da existência de serviços de saúde materna e neonatal, designadamente de salas de parto e maternidades em duas Unidades Hospitalares Regionais foi sempre justificada pela deficiente rede viária da região. A solução de estabelecer prioridades na opção de uma ou outra tem-nos mobilizado, em defesa dos legítimos interesses locais.

Propomos pois a aprovação, em Assembleia Municipal Extraordinária, de:

a) Um voto de confiança aos profissionais que trabalham na Unidade Hospitalar de Mirandela, que transformam diariamente dificuldades em oportunidades e têm a capacidade imensa de nos servir em momentos de necessidade e dor.

b) A apresentação de propostas no sentido da declaração oficial da urgência médico-cirúrgica integrada na Rede de Referência Hospitalar de Urgência/Emergência.

c) Solicitar formalmente ao Senhor Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar, a apresentação do Plano de Actividades para o ano 2007 e fundamentação estratégica opcional da distribuição de valências.

Em conclusão, uma manifestação calorosa aos Mirandelenses em geral, pela força de vontade que manifestaram na conquista daquilo que é justamente nosso. Apostamos na qualidade da Unidade Hospitalar de Mirandela e cremos, temos fé, que o 05 de Setembro, vamos lembrá-lo muitas vezes. Muito obrigados.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, disse:

Muito bem, muito obrigado Sr. Eng.º, em representação do Partido Socialista, recebemos portanto esta Moção, que no fim lerei de novo nesta Assembleia e será votada. Entretanto, permita-me Sr. Eng.º Baltazar, dizer-lhe o seguinte, fez questão de aqui pronunciar um voto sobre a data deste 05 de Setembro, deste Setembro quente, eu lembrava-lhe e sugeria que um voto como tal, não terá sequência nem consequência, terá que o transformar em qualquer moção para ser votada e com muito agrado, naturalmente que os Srs. Deputados, o votarão para saber se estarão de acordo que a data de 05 de Setembro seja não uma vitória como disse, eu penso que terá sido um lapsus língua, mas naturalmente uma derrota e é contra a derrota que temos de trabalhar.

Dou então a gora a palavra ao Dr. Almeida do CDS/PP, faz favor.

Deputado Municipal José Eduardo Gomes de Almeida (CDS/PP), teve a seguinte intervenção:

Senhor Presidente da Assembleia, respectiva Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Mirandelenses.

Aquilo que acabei de ouvir em termos de números, proferidos pelo Senhor Presidente desta Assembleia Municipal e falando em termos desportivos, porque penso, assim toda a gente vai entender, é a mesma coisa que nos está a acontecer, é aquela equipa de futebol que mais pontos ganha é aquela que é despromovida.

Eu passo a ler agora a Declaração do CDS/PP:



1 - O Grupo Municipal do CDS/PP não partilha das razões que levaram o Governo à decisão do encerramento da Sala de Partos da Maternidade de Mirandela. O Governo decidiu, no nosso entender, com um critério economicista que vem agravar ainda mais os factores de interioridade, que vem acentuar as assimetrias regionais e condicionar o acesso a serviços de saúde às parturientes de uma grande parte deste distrito. O problema tinha que ser entendido de um ponto de vista de solidariedade e de coesão social e não na óptica de custo-eficiência.

2 - O encerramento da Maternidade de Mirandela tem um impacto negativo não só em Mirandela como em toda esta Região. Este distrito é um dos maiores de Portugal em área e do ponto de vista demográfico a sua população vive dispersa em localidades praticamente desprovida de acessibilidades condignas.

3 - Batemo-nos no passado para que as acções cívicas de descontentamento tivessem uma consequência política construtiva e de diálogo, defendendo para o efeito, a manutenção das Maternidades de Mirandela e de Bragança, apelando a todos os autarcas transmontanos e forças vivas da região que se unissem em prol deste único propósito.

4 - Os Transmontanos em particular os Mirandelenses merecem um acesso a serviços de saúde condignos, sem condicionalismos económicos ou demográficos impostos por este ou por qualquer outro Governo.

5 - Defendemos essa posição no passado e assumimo-la novamente, através da criação de uma comissão de trabalho pluripartidária com o propósito de se reunir com o Sr. Ministro da Saúde e tentar fazer ouvir os nossos argumentos e os anseios do povo transmontano.

6 - Como o Sr. Ministro já fez notar publicamente, o encerramento da Sala de Partos da Maternidade de Mirandela, é uma decisão política e perfeitamente assumida. Mas não se trata de uma decisão eterna! O futuro só a nós pertence. Lutaremos por uma melhoria das condições de vida das nossas populações, com trabalho, com diálogo para que esta decisão se possa reverter e para que as gerações vindouras possam com orgulho assumir a sua condição de serem transmontanos e Portugueses, porque Trás-os-Montes também é Portugal.

7 - Considerando, esta nossa preocupação sobre a decisão irreparável de encerramento da sala de Partos da Maternidade de Mirandela bem como o possível esvaziamento de serviços de saúde fundamentais neste Hospital Distrital de Mirandela, o Grupo Municipal do CDS/PP, à semelhança dos Vereadores que já o fizeram do CDS/PP no Executivo Camarário, vem propor à votação deste Plenário da seguinte moção, que eu agradeço Sr. Presidente que depois fosse votada

“POR UM SERVIÇO DE SAÚDE DE QUALIDADE EM MIRANDELA”

Na irreversibilidade do recuo da decisão do Sr. Ministro da Saúde sobre o encerramento da Sala de Partos da Maternidade de Mirandela, o Grupo Parlamentar do CDS/PP vem apresentar, para votação da Assembleia Municipal, a seguinte moção:

1 - A formalização e capacitação da actual comissão de acompanhamento, composta pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Mirandela, pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal e Vereadores do Executivo Camarário e pelos representantes das estruturas concelhias dos quatro partidos políticos com representação na Assembleia Municipal, PSD/PPD, CDS/PP, PS e CDU, conferindo a esta legitimidade e dignidade política;

2 - Comissão esta que teria como missão, entre outras, agendar uma reunião de trabalho com o Sr. Ministro da Saúde, que permitisse apresentar uma proposta técnica, válida, para a manutenção e valorização de serviços de saúde fundamentais, nomeadamente Obstetrícia, Pediatria, Ginecologia, Urgências Médico-Cirúrgicas e em particular, a obtenção do Serviço de Traumatologia, Ortopedia, não obstante a decisão irreversível do encerramento da sala de partos da maternidade de Mirandela;

3 - A apresentação, de uma proposta de contrapartidas pela perda dos serviços de Maternidade, pretende impedir o gradual esvaziamento das valências vitais do Hospital Distrital de Mirandela, sob pena de este se transformar num centro de saúde grande, ou num hospital de retaguarda ou ainda numa unidade médica de mera “triagem” de pacientes e hoje, tal como no passado, a vontade grande de dizer e gritar bem alto o nome de Mirandela, devemos estar todos unidos para gritarmos bem alto o nome de Mirandela. Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, disse:



Muito obrigado também, Sr. Dr. Almeida, então dava agora a palavra à representante do Partido Social Democrata, Sr.ª Dr.ª Elina Fraga, por favor, tem a palavra.

Deputada Municipal Elina Fraga (PSD), teve a seguinte intervenção:

Exm.º Sr. Presidente da Assembleia, V.Ex.ª perdoar-me-á esta quebra de protocolo, mas não posso deixar de dirigir as minhas primeiras palavras ao público, saudando-o, porque estoicamente aguentou o calor abrasador sem desmobilizar, para demonstrar ao Sr. Ministro da Saúde que está contra a sua decisão. A todos e a meu ver julgo que será unânime por parte desta Assembleia Municipal, o nosso muito obrigada.

Mais, para completar aquilo que já foi dito aqui pelo Sr. Garrido da CDU, gostaria de dizer também a essas pessoas, que não fomos nós que violamos a lei quando nos manifestamos, eles é que violaram a lei, eles é que violaram a constituição quando proibiram a manifestação. Toda a gente em Portugal já foi autorizada a cortar estradas, auto-estradas IPS, ICS, até caminhos e nós violamos a lei com uma marcha lenta! É verdade que nos tentaram silenciar, que nos ameaçaram, que nos queriam calar, é certo que conseguiram proibir uma manifestação, transformando a IP4, até agora botada ao abandono, numa via de circulação, imagine-se internacional. É verdade que tudo isto nos faz lembrar o tempo do fascismo e que esses Srs. lá em Lisboa, com tiques ditatoriais, estão convencidos de serem donos de Mirandela e do Distrito de Bragança, podendo pôr e dispor dos cidadãos e dos direitos dos cidadãos, como se o Estado de Direito acabasse lá para os lados de Vila Real. Uma consciência culpada torna os homens cobardes. E que eles estão com uma consciência culpada, ninguém, depois do que aconteceu hoje tem dúvidas. Parece meus Srs., que a nós, para além do direito ao voto, apenas nos conhecem mais três direitos, ver, ouvir e calar, mas nós estamos num Estado de Direito e porque estamos num Estado de Direito, é bom que o Sr. Ministro da Saúde saiba, que a última palavra nunca será dele, reitero, a última palavra nunca será dele e nós acreditamos, acreditamos, mais que não seja, nos Tribunais, órgãos de soberania que ao longo da história já demonstraram ser o pilar da democracia e os garantes da legalidade. Os Tribunais não estão de cócoras perante o poder e é a sua independência que faz com que nós acreditemos, que não será seguramente e não será, a palavra do Sr. Ministro, a última a ser proferida neste processo.

O Município de Mirandela decidiu instaurar uma providência cautelar de suspensão da eficácia da decisão do Sr. Ministro da Saúde e estamos convencidos que dada a sua fundamentação, a mesma merecerá desde logo o seu decretamento provisório.

Senhor Ministro da Saúde, daqui lhe digo, que é comprida a estrada que vai desde a intenção à execução e nós só agora é que a começamos a percorrer.

Meus Senhores, nós acreditamos que o encerramento do Bloco de Partos de Mirandela, não é um facto consumado e não é porque a decisão de concentrar os locais de parto em Bragança, viola claramente direitos constitucionalmente consagrados e meus Senhores, os direitos fundamentais, não estão na Constituição só para a enfeitar ou para demonstrar a terceiros que o povo português é moderno e é civilizado.

A decisão do Sr. Ministro da Saúde, atenta também, claramente contra a lei de bases da saúde, que impõe uma gestão racional e socialmente útil, dos recursos disponíveis. Então o Sr. Ministro da Saúde e este Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Nordeste por ele nomeado, sublinhe-se por ele nomeado, porque é de nomeação política que se trata, acha que gerir bem os recursos disponíveis é concentrar os partos na Unidade Hospitalar de Bragança, aquela que tem menos partos, aquela que tem menos consultas nas especialidades relacionadas com a gravidez, aquela que é acessível a menos população, a menos mulheres e a menos mulheres em idade fértil, aquela que tem piores condições de segurança e qualidade para as mães e crianças.

A decisão do Sr. Ministro até pode ser de gestão, mas seguramente não há ninguém que não reconheça tratar-se de uma gestão ruínosa, do Serviço Nacional de Saúde.

Tudo meus senhores pode ser manipulado, mas os números não mentem, sobretudo os números que não são meus, que não são do Sr. Presidente da Câmara de Mirandela, os números que são do próprio Ministério da Saúde. Os números de parto falam por si, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal já os explicitou aqui. O mesmo se passa com o número de consultas e com o número de exames complementares de diagnóstico. Exemplificativamente, poderei dizer que as consultas de obstetria no Hospital de Mirandela foram de 2.312, enquanto que no Hospital de Bragança ficaram pelos 1.297. As consultas externas realizadas no Hospital de Mirandela foram de 47.014, enquanto que em Bragança se ficaram pelas 42.635. Seria fastidioso enumerar outros números, tanto mais que o Sr. Presidente da Assembleia logo no início os referiu.

Meus Senhores, mas há mais. Há população residente na área de influência do Hospital de Mirandela e que já foi aqui também referenciada pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal. Há



90.124 pessoas que residem em localidade mais próxima de Mirandela, quando apenas 58.759 pessoas, residem em localidade mais próxima de Bragança. A diferença meus Srs. são apenas 40.000 pessoas.

Quanto às mulheres, há 46.374 mulheres a residir mais próximo de Mirandela, quando apenas 30.183 mulheres residem mais próximo de Bragança. Meus Srs. a diferença são só 16.000 pessoas.

O mesmo se passa, como foi também já aqui referenciado pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, com as mulheres em idade mais fértil. Há 4.000 mulheres que residem mais próximo de Mirandela do que de Bragança. Não é por acaso meus Srs. que 7 dos 12 Municípios do Distrito de Bragança, prestaram declarações públicas de repúdio e discordância, face a esta decisão, sendo pelo menos 4, já manifestaram a sua intenção de agir judicialmente com a propositura de procedimentos cautelares. Mas há meus Srs. também a questão da qualidade e da segurança. O Serviço de Obstetrícia de Mirandela, reúne todos os requisitos apontados pela Comissão Nacional de Saúde Materna e Neonatal para ser considerada um local de partos com segurança e qualidade.

Contrariamente ao que acontece com a Unidade Hospitalar de Bragança, que não reúne tais requisitos e que em 2005, como foi referido e muito bem pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, se apresentou em último lugar do ranking.

Comparar o bloco de partos e serviço de internamento de obstetrícia do Hospital de Mirandela com o de Bragança, é comparar um hotel de 5 estrelas com uma pobre residencial. Pode a residencial até ter mais funcionários, mas tal não faz com que ela seja, nem nunca será um hotel de 5 estrelas. E as nossas mães e crianças, merecem muito mais do que o Sr. Ministro nos quer dar. Aliás de um Ministro da Saúde, que fecha maternidades e quer abrir salas de chuto, porventura não seria de esperar outra decisão que não esta. Abrir salas de chuto e fechar maternidades, é esta a marca que o Ministro Correia de Campos deixará na história. Contudo, porque não queremos o recurso à via judicial, sem esgotarmos todas as vias de diálogo e na convicção de que o Sr. Ministro da Saúde ainda está em tempo de se redimir de uma decisão que ele bem sabe, não servir os interesses que farisaicamente tem apontado como essenciais, "a segurança da mulher e das crianças, entendeu o PSD, a CDU e os Independentes José António Ferreira e Paula Maria do Nascimento Garcia, apresentar a seguinte Moção:

"MOÇÃO"

Considerando que a Maternidade de Mirandela é a que tem mais partos no presente e a que tem mais potencial para atingir os 1500 partos propostos pela Comissão Nacional de Saúde Materna e Neonatal como o mínimo de partos que garantem a eficiência e uma rotina perinatal com garantia de qualidade contínua.

Considerando que a maternidade de Mirandela é aquela que tem maior procura nas especialidades relacionadas com a gravidez e o parto e nos meios complementares de diagnóstico e terapêutica.

Considerando que a maternidade de Mirandela serve mais concelhos do que a de Bragança e mais mulheres em idade fértil.

Considerando que está demonstrado que quanto maior é a distância/tempo a percorrer por uma mulher grávida maior é o risco obstétrico.

Considerando ainda que o Hospital de Mirandela possui melhores condições e qualidade superior ao de Bragança, nomeadamente sistema anti-rapto, partos com epidural, blocos de partos com acesso directo à sala de operações, monitor fetal por cada cama, ecógrafo, instalação central de gases e vácuo, etc.

Considerando, por fim que a saúde é um direito fundamental garantido constitucionalmente, ao qual deve estar subjacente o conceito de proximidade como garantia de prestação de melhores serviços.-

Os Grupos Municipais do PSD, da CDU e os Independentes José António Ferreira e Paula Maria Pereira do Nascimento Lopes Garcia, na Assembleia Municipal de Mirandela, propõem através desta moção:



Que o Ministro da Saúde, tal como decidiu em relação ao Distrito de Vila Real, em Chaves, suspenda a decisão de encerramento da Maternidade de Mirandela até estarem pelo menos reunidas as seguintes condições:

1.ª Conclusão da Auto-Estrada A4;

2.ª Conclusão do IC5;

3.ª Conclusão do IP2.

Dessa forma todos os concelhos terão melhores acessibilidades e estarão reunidas condições para uma reflexão séria sobre a concentração dos locais de parto sempre em diálogo e em articulação com as autarquias locais interessadas.

Será dado conhecimento desta moção às seguintes entidades:

- Presidente da República
- Presidente da Assembleia da Assembleia da República;
- 1.º Ministro;
- Ministro da Saúde;
- Governador Civil de Bragança;
- Presidente da ARS Norte;
- Director do Centro Hospitalar do Nordeste;
- Deputados do Distrito de Bragança;
- Comunicação Social.

Pela igualdade, pela justiça, pela imparcialidade, pela proporcionalidade. Muito obrigada.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado também, Sr.ª Dr.ª Elina Fraga, então antes que a Mesa possa repetir estas moções que aqui foram apresentadas, eu perguntava ao Sr. Presidente da Câmara se quer usar da palavra. Faz favor Sr. Presidente. Imagino que esteja um pouco cansado, mas são ossos do ofício.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, teve a seguinte intervenção:

Senhor Presidente da Assembleia, muito obrigado pelo uso da palavra que acabou de me conceder, Srs. Membros da Mesa da Assembleia Municipal, Srs. Membros do Executivo, Sr.ª s e Srs. Jornalistas aqui presentes, Mirandelenses, hoje.

É verdade o que diz o Sr. Presidente da Assembleia, não trago, nem tive tempo, esgotei os papéis todos durante a tarde toda com a Comunicação Social. Esgotei praticamente todos os argumentos, mas ao ver os Mirandelenses há sempre alguns que ficam. E Eu queria começar de uma forma leve, não falar do que já foi falado, normalmente eu sou muito objectivo e muito simples, para vos dizer, não fui preso, ainda estou aqui hoje. Não fui preso pela GNR, porque a manifestação era proibida, mas também se fosse, não tinha medo nenhum, porque tinha muitos Mirandelenses a irem-me ver à cadeia, podem ter a certeza absoluta.

Dizer-vos também que não tive receio deste trabalho todo, porque mesmo que hoje me voltasse a doer o coração, ainda tinha a equipa de cardiologia no Hospital de Mirandela para me tratar. Se for daqui a um ano ou dois, já não sei se lá estará.

Em terceiro e último lugar, também vos queria transmitir que o que vi hoje em termos da apresentação das moções, estou contente e satisfeito e apoio-as todas, menos numa condição que já disse na câmara Municipal, eu não pertencerei a essa comissão que pede reuniões com o Sr. Ministro da Saúde, porque nessa reunião eu não quero estar mais ao lado desse Sr., nem lá nem aqui em Mirandela e por isso disse-o na Câmara e digo-o aqui hoje. Com o Sr. Ministro da Saúde, irá o meu Vice-Presidente, porque eu não tenho mais nenhuma reunião, porque já tive as suficientes, com um Sr. que desdenha do nosso Hospital, que trata mal os nossos médicos, quem não se lembra no primeiro discurso que fez, o Sr. Ministro da Saúde, contra uma médica obstetra do nosso hospital, só para defender o encerramento de maternidades. Eu isso não perdo porque eu isso não era capaz de fazer, nem ao funcionário mais simples do meu serviço, quanto a uma profissional desta envergadura como tinha o Hospital de Mirandela, portanto esse Sr. não merece consideração



nenhuma, nunca o receberei nem nunca falarei mais com ele. Sou claro, directo, em termos de Mirandelenses sabermos.

Por último, transmitir-vos também que fiquei contente hoje, com a jornada que se passou. E fiquei contente porque, não por ter muita gente, isso eu já não tenho razão de queixa dos Mirandelenses, cada vez que há uma manifestação sobre saúde neste Concelho. Já fizemos 4, as 4 tiveram muitos milhares de pessoas e esta também não fugia à regra, porque os Mirandelenses dizem sempre presente quando está em causa a sua terra e quando está em causa a saúde e uma Instituição da sua terra como é o Hospital. Eu disso não tinha dúvidas. O que fiquei contente e profundamente emocionado, foi estar durante três horas a ver passar aquela caravana, ao pé da Comunicação Social e ter ao meu lado jornalistas das televisões e dos órgãos nacionais, dos rádios e dos jornais e dizerem-me espantados que nunca viram uma caravana assim. As instituições todas de Mirandela, de mãos dadas. Os Mirandelenses, velhos, novos, mulheres e jovens de mãos dadas e alegres, a gastar gasolina nos seus carros. As instituições da Sociedade Civil presentes nessa manifestação. Eu nunca tinha visto! Desde em termos político partidários de todos os quadrantes, de todas as formas, todos os Mirandelenses unidos como vi hoje e que me orgulhei de ter este povo e de ser Presidente da Câmara desta terra e desta gente que tem Mirandela. Hoje sim, senti-me satisfeito nesta jornada de luta.

Por fim, queria transmitir-vos outra coisa, é que não vale a pena nem iludir-nos com questões que são muito bonitas em termos gerais. Nós não temos solidariedade no Distrito. Eu vou dizer-vos um pequeno facto que demonstra toda esta realidade.

Há pouco tempo o Sr. Ministro criou o Centro Hospitalar do Distrito de Bragança e disse numa reunião no Governo Civil, que os 3 Presidentes de Câmara da localização ou dos locais, onde estavam localizados os 3 hospitais, Mirandela, Macedo e Bragança, se deviam reunir antes de nomearem o representante autárquico a esse Conselho de Administração. E sabem os Mirandelenses o que aconteceu, a tal solidariedade que todos pedimos neste momento e que é muito bonito dizer que devemos estar todos unidos a lutar, porque só está um, é pouco e faz muito barulho e aparece muitas vezes. Sabem o que é que aconteceu? O meu colega de Bragança, indicou-se a ele próprio, sem consultar os outros dois Presidentes de Câmara, porque nem para isso foi sequer consultado para reunir com os 3, porque a legislação que o Sr. Ministro fez, dizia que tanto podia ser decidido em conjunto, como o Presidente do local onde estava instalado o Hospital sede poder indicar e foi o que fez o meu colega de Bragança, sem falar com Mirandela nem com Macedo de Cavaleiros. É com estas solidariedades que nós contamos no dia a dia.

Mas há mais, nós somos 7 concelhos que pertencem ao Hospital de Mirandela, 3 e mais Mirandela deram efectivamente solidariedade ao subscreverem uma providência cautelar para que a Maternidade não encerre ou pelo menos que espere mais tempo a encerrar. Mas os outros 3, que nós somos 7, fizeram discursos na rádio, alguns, outros na própria Câmara Municipal, mas quando chegou à hora da verdade, para poderem ser os 7 e adiarmos ainda mais um mês o encerramento da nossa maternidade, não estiveram disponíveis, porque a solidariedade transmitiu-se em palavras, mas não em actos e eu dessa solidariedade de palavras estou farto, Mirandela está farta, eu quero é solidariedade em actos, em acções, em participação comum, porque é isso que todos devemos fazer.

Para terminar também, dizer-vos que aquilo que me vai na alma hoje, é uma coisa muito importante e que é esta. Nós podemos não ganhar no dia 11, ou melhor, podemos ter o Ministro a não revogar a decisão, de no dia 11 encerrar a Maternidade de Mirandela, mas também temos certeza de uma coisa, que preparamos uma providência cautelar, que vai dizer ao Sr. Ministro e ao Conselho de Administração, que no dia 11 não encerra de certeza absoluta, porque a iremos meter na quinta feira no Tribunal e que pelo menos terá dez ou quinze dias para ser julgada pelo Tribunal Administrativo. E eu continuo-vos a dizer uma coisa, eu acredito nas razões e quando acredito convictamente que temos razão, também acredito nos tribunais e às vezes as injustiças que podemos ter em termos políticos, podemos ter a sua concretização e a sua justiça, em termos judiciais e quem é que nos diz a nós todos, se não conseguirmos politicamente ganhar esta luta da maternidade de Mirandela, podemos ganhá-la judicialmente. Temos que ter esperança e temos que ter fé nisto, temos que acreditar que o poder judicial também é um poder importante neste País e é independente e que pode julgar esta providência cautelar, porque temos todos os dados, só, eu atrevia-me a dizer a um juiz cego é que não conseguirá ver a razão que nós temos em Mirandela e por isso ainda confio, tenho uma réstia der esperança na justiça portuguesa, para que consiga, ela sim dizer ao Sr. Ministro, está enganado, o Sr. não pode decidir aquilo que quer, pode e manda, o Sr. tem que ser democrático e ouvir os outros, porque eu tive no meu gabinete há uma semana atrás o Presidente da ARS Norte e sabem o que me transmitiu? Que a sua Maternidade do Hospital de Mirandela vai encerrar no dia 11 de Setembro e eu perguntei-lhe, como normalmente me perguntariam a mim qualquer Município de Mirandela, quais eram as razões que haveria ali e tinha uma testemunha que era o Sr. Presidente da

Assembleia Municipal que é médico e especialista nestas matérias. E sabem o que me respondeu o Sr. Presidente da ARS Norte? Eu não tenho argumentos para lhe dar, não tenho o estudo em que me baseei, porque esse estudo está para o Sr. Ministro homologar e eu antes dele homologar não lho posso dar e portanto não trago nada, só lhe posso dizer é que temos um estudo técnico que justifica o encerramento da sua ou da vossa Maternidade e eu fiquei a olhar para ele e disse, se qualquer Município, qualquer um de vós viesse ter comigo à Câmara e eu por qualquer motivo, mandasse ou demolir uma casa de algum ou tapar o caminho de outro, ou fazer alguma coisa que prejudicasse o interesse e chegasse ao pé de mim e me dissesse. Porque é que fez isto, quais são as razões? E se eu fizesse o mesmo que fez este Presidente da ARS, como é que vocês iriam para casa. Apetece dizer, com o rabo entre as pernas, perfeitamente chateados e foi isso que eu percebi ali. Não há nenhum estudo, não há nenhum documento válido e sério, porque senão dava-se conhecimento às populações e dizia-se e sensibilizavam-se as populações, para entender.

Não há, há uma decisão política, porque os Srs. que estão em Bragança, dizem que querem a Maternidade na capital de Distrito e nós que temos melhores indicadores objectivos, não somos capital de Distrito, não temos o Sr. Deputado Mota Andrade, não temos o Sr. Governador Civil e isto é que tem que ser dito claramente, que a Maternidade fica, onde os políticos quiseram que ela ficasse. Eles têm que ser responsáveis por esta atitude, o Sr. Ministro e os políticos deste Distrito. Têm que ser responsáveis por esta atitude, hoje, amanhã e sempre. É isto que eu vos quero transmitir aqui hoje e muito obrigado por terem vindo aqui.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado Sr. Presidente, pelas suas palavras cheias de calor e cheias de verdade, Srs. deputados, população aqui presente, vou ler as moções consoante chegaram à Mesa, para serem votadas de imediato, pedia a todos o maior silêncio.

Moção apresentada pelo P.S., do seguinte teor:

“a) Um voto de confiança aos profissionais que trabalham na Unidade Hospitalar de Mirandela, que transformam diariamente dificuldades em oportunidades e têm a capacidade imensa de nos servir em momentos de necessidade e dor.

b) A apresentação de propostas no sentido da declaração oficial da urgência médico-cirúrgica integrada na Rede de Referência Hospitalar de Urgência/Emergência.

c) Solicitar formalmente ao Senhor Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar, a apresentação do Plano de Actividades para o ano 2007 e fundamentação estratégica opcional da distribuição de valências”.

Votação:

Votos Contra.....0

Abstenções.....0

Votos a Favor.....Unanimidade

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Moção apresentada pelo Partido Socialista.

Moção apresentada pelo CDS/PP, do seguinte teor:

“1 - A formalização e capacitação da actual comissão de acompanhamento, composta pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Mirandela, pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal e Vereadores do Executivo Camarário e pelos representantes das estruturas concelhias dos quatro partidos políticos com representação na Assembleia Municipal, PSD/PPD, CDS/PP, PS e CDU, conferindo a esta legitimidade e dignidade política;

2 - Comissão esta que teria como missão, entre outras, agendar uma reunião de trabalho com o Sr. Ministro da Saúde, que permitisse apresentar uma proposta técnica, válida, para a manutenção e valorização de serviços de saúde fundamentais, nomeadamente Obstetrícia, Pediatria, Ginecologia, Urgências Médico-Cirúrgicas e em particular, a obtenção do Serviço de Traumatologia Ortopédica, não obstante a decisão irreversível do encerramento da sala de partos da maternidade de Mirandela;

3 - A apresentação, de uma proposta de contrapartidas pela perda dos serviços de Maternidade, pretende impedir o gradual esvaziamento das valências vitais do Hospital Distrital de

Mirandela, sob pena de este se transformar num centro de saúde grande, ou num hospital de retaguarda ou ainda numa unidade médica de mera "triagem" de pacientes e hoje, tal como no passado, a vontade grande de dizer e gritar bem alto o nome de Mirandela, devemos estar todos unidos para gritarmos bem alto o nome de Mirandela".

Votação:

Votos Contra.....0

Abstenções.....Uma abstenção da CDU

Votos a Favor.....60

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a Moção apresentada pelo CDS/PP.

A moção do PSD com os seus considerandos que aqui já foram lidos e que eu me dispense de repetir e que na sua essência, diz:

"Os Grupos Municipais do PSD, da CDU e os Independentes José António Ferreira e Paula Maria Pereira do Nascimento Lopes Garcia, na Assembleia Municipal de Mirandela, propõem através desta moção:

Que o Ministro da Saúde, tal como decidiu em relação ao Distrito de Vila Real, em Chaves, suspenda a decisão de encerramento da Maternidade de Mirandela até estarem pelo menos reunidas as seguintes condições:

1.ª Conclusão da Auto-Estrada A4;

2.ª Conclusão do IC5;

3.ª Conclusão do IP2".

Votação:

Votos Contra.....0

Abstenções.....0

Votos a Favor.....Unanimidade

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Moção apresentada pelo PSD.

O representante da CDU fez a seguinte Declaração de Voto:

Quero fazer uma Declaração de voto relativamente à moção do CDS/PP, na qual me absteve, porque aquilo que eles propõem já foi feito sem resultado.

O Ministro da Saúde não nos ligou a ponta de um corno.

Também não estou de acordo com a moção, porque fala na irreversibilidade do fecho da maternidade, ora, eu ainda acredito que há uma esperança que ela não possa fechar, portanto não posso estar a favor, quando eles já aceitam como irreversível, o fecho.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, disse:

Então chegados a este ponto do percurso desta reunião Extraordinária da Assembleia Municipal e não havendo mais intervenções, aproximamo-nos do final, que compete ao Presidente desta Mesa.

Senhor Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados Municipais, População do meu Concelho.

Foram significativamente numerosos os contactos e as manifestações de apoio individuais que recebi de vários pontos do Distrito e da cidade do Porto. Não posso dispensar-me de vos ler rapidamente e em síntese, um documento que me é enviado pela Comissão Concelhia do PSD de Vila Flor, em que repudiam a atitude desumana que este Governo tem vindo a demonstrar para as populações do interior do Nordeste Transmontano. Este processo conheceu o seu início, o PSD de Vila Flor tem vindo a demonstrar publicamente o seu apoio incondicional à causa que move a Câmara

de Mirandela e os seus cidadãos, porque revelamos maior respeito pela vida, pela dignidade da pessoa humana, pelas condições de vida das populações, mais do que este Governo do Partido Socialista que infelizmente conduz os destinos do País, vimos através de V. Ex.ª deixar este manifesto, a nossa intenção de permanecermos ao lado de todos aqueles que lutam por esta causa que hoje nos traz. É convicção que estas palavras são o espelho unânime de todos os Vilaflourenses.

Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Minhas Senhoras e Meus Senhores, estamos na recta final desta formidável Reunião Extraordinária, deste exemplo valente, inequívoco de civilidade e de honorabilidade que a terra do centro do Distrito de Bragança, soube dar ao País.

Que pena eu tenho, que sou um leitor obsessivo de jornais, não ver aqui a Comunicação Social, aquela que no momento pode transmitir ao País, os verdadeiros valores e a essência do convívio humano e social.

Queridos amigos e conterrâneos, com o devido respeito, eu dispenso, eu sei quem está aqui e sei saber, peso muito bem as minhas palavras, mas a verdade é que quando um cão morde um homem já não é notícia, notícia é se o homem morder o cão. E eu há muitos anos que não me sentia tão satisfeito intimamente e tão orgulhoso, por este exemplo cívico de combate político e de argumentação, contra aquilo que caiu na nossa terra.

Como Presidente desta Assembleia e aos meus conterrâneos, homens e mulheres de Mirandela, tinha que vos comunicar, que há bem pouco tempo, poucas semanas, por deliberação soberana da Assembleia Municipal, presidi ou coordenei uma comissão, que foi contactar o Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Nordeste. Sabeis conterrâneos que nos foi dito em Junho que ainda não tinham tratado nada desta deliberação que no dia 11 retira a Maternidade em Mirandela e que só em Outubro tratariam do processo e eu já ando há alguns tempos nestas andanças, pedi licença para dar essa informação à minha Assembleia. E dei, qual não é o nosso espanto, não dos Portugueses em geral, mas do povo da nossa terra, quando o Sr. Ministro da Saúde, quando numa das características entrevistas de Verão, anuncia que vai encerrar a Maternidade de Mirandela. Que grande trapalhada conterrâneos, que grande trapalhada!.., mas é assim a política.

Pois eu queria hoje também aqui, porque sou um profissional da saúde, que reputo e orgulho de ter alguma experiência, de vos poder comunicar entre outras coisas, como vamos de materno-infantil em Portugal, porque de materno-infantil se trata esta decisão. Queria dizer-vos quantos médicos obstetras trabalham no velho e querido hospital de Santo António do Porto, que eu tão bem conheço e quantos partos tinha. Quantos trabalham na maternidade que fica a 300 metros e quantos médicos tinha. E quantos médicos obstetras e ginecologistas existem no Hospital de S. João, a 2 Km. Do coração da cidade portuense e quantos partos e quantos médicos tinha, para vos poder informar, porque falta tanta coragem política para colocar médicos em excesso a 150 Km. na capital do Norte no litoral e não haja médicos neste coração da terra quente, porque Freixo que está a 141 Km. E demora 2 horas a chegar a Bragança e não podem usufruir estes nossos concidadãos, desse direito pleno à saúde. Ides todos reflectir para vossas casas, ides pensar nisso. Esta é a minha convicção humilde e assumida que ides mais responsabilizados, ides hoje mais ricos nas vossas consciências, sabereis apontar razões, sabereis discutir decisões e sabereis protestar contra os políticos da vossa terra, que transformam as decisões técnicas em decisões políticas. Nós Mirandelenses, o Executivo que elegemos, não teve conhecimento do conteúdo do despacho ministerial. E porquê? Hoje mesmo até à última da hora, posso dizer isto em público, telefonei, usei a minha relação pessoal de oficiais do mesmo ofício para pedir que nos enviassem estes dados. Não nos foram fornecidos. É este o tipo de tratamento a que as populações do interior estão sujeitas. Por último, Mirandela, antes de vos deixar, um abraço fraterno e sentido e emocionado, quero-vos dizer o meu pensamento. É que o encerramento da maternidade é um episódio cujos limites e cuja repercussão se ultrapassa a si próprio. É que com o encerramento da Maternidade, conterrâneos, sairá obstetria e ginecologia, obviamente que sairá pediatria, e se me é dito pelo responsável do Hospital de Mirandela que a especialidade de Otorrino irá sair a curto prazo. E se me informa o Executivo que as urgências médico-cirúrgicas, ficarão transformadas dentro de alguns meses num médico único, isolado, eu interrogo-me? Olho para trás, para os tempos em que Mirandela tinha um Hospital respeitado e que se repercutia nos concelhos limítrofes. Para onde iremos e para onde nos levarão!

A todos, Mirandelenses, um sentido e caloroso abraço de confraternização e de quem sofre convosco, este peso de transformar o nosso Concelho e a nossa Região, numa região demograficamente empobrecida. Não me ocorre, mas talvez os historiadores me possam dizer, que num quase século de República, tenha sido dada uma tamanha vergastada, uma tão severa punição, dirigida para o desencorajamento daqueles que estão em idade fértil e que se podem fixar na nossa região.

Cá estaremos e deixem-me evocar Deus, tal como comecei, desta vez Deus, porque de início evoquei os Deuses, como talvez uma imagem de retórica, mas deixem-me dizer que cá estaremos, se Deus nos der esse privilégio, para vermos o que vai acontecer dentro de um ano ou pouco mais.

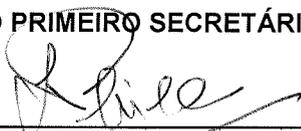
Boa noite, muito obrigado e até à próxima reunião.
Declarou encerrada a reunião quando eram 22h50.

Mirandela, 05 de Setembro, de 2006

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

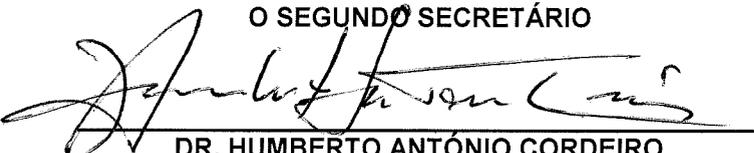
DR. JOSÉ MANUEL PAVÃO

O PRIMEIRO SECRETÁRIO



JORGE MANUEL PEREIRA

O SEGUNDO SECRETÁRIO



DR. HUMBERTO ANTÓNIO CORDEIRO